



# CÂMARA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DE MINAS

## PARECER CONJUNTO DAS COMISSÕES DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO E DE AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E DO PATRIMÔNIO CULTURAL

**PARECER Nº 068/2021**

**PROJETO DE LEI Nº 054/2021**

Projeto de Lei nº 054/2021, que “Autoriza concessão de uso de bem imóvel do município para instalação de indústria.”

### RELATÓRIO:

O Projeto de Lei em epígrafe, de autoria do Prefeito Municipal, visa a autorização para que o Município conceda gratuitamente um terreno de sua propriedade para a concessão de uso de bem imóvel do município para instalação de indústria.

### PARECER:

O presente Projeto de Lei está redigido em linguagem parlamentar e obedece a boa técnica legislativa.

Trata-se de um Projeto de Lei que solicita autorização para que o Município conceda gratuitamente um terreno de sua propriedade com uma gleba de 850,00 m<sup>2</sup>, (oitocentos e cinquenta metros quadrados) para implantação de uma indústria de produção e cortes de mármore e granitos “Felipe Almeida Oliveira, nome de fantasia “Granminas Mármore e Granitos” sob a condição de nele promover uma implantação de uma “fábrica para produção e cortes de mármore e granitos.”

Segundo o projeto a concessão terá a duração de 10 anos, podendo ser prorrogado por igual período. Como contrapartida para a concessão do terreno a empresa compromete-se a gerar três empregos diretos.

O artigo 129 da LOM prevê a possibilidade do município promover a concessão de uso de bem público, desde que seja autorizada por lei específica e desde que haja relevante interesse público devidamente justificado e que seja por meio de licitação. No entanto, essa pode ser dispensada caso seja comprovado “interesse público relevante”. Assim, cabe a análise e comprovação do “interesse público” por parte deste parlamento.

Sobre a revogação da concessão o texto do projeto prevê algumas regras para tal, mas deixa explícito as bem feitorias eventualmente acrescidas pela concessionária serão revertidas



# CÂMARA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DE MINAS

---

ao patrimônio do Município, sem direito a indenização e facultando-se a empresa apenas a retirada das bem feitorias removíveis, sem danos ao imóvel.

O texto do PI prevê ainda em seu artigo 3º inciso I que a construção da instalação da empresa e seu início efetivo de funcionamento será no prazo de até 3 meses, a contar da assinatura da data da publicação dessa lei e em seu inciso II que a constituição jurídica formal da empresa nesse município, seja sua matriz ou filial.

Consta ainda em seu texto que serão de responsabilidade integral e exclusiva da concessionária a preparação e adaptação do imóvel para seu funcionamento bem como pagamento das tarifas decorrentes de suas atividades, como energia elétrica, água, telefone e outras, que deverão ser emitidas no seu próprio nome, realização de obras e melhorias no imóvel com prévia anuência e licença urbanística do poder público municipal, bem como a manutenção do imóvel, e responsabilidade e defesa da posse do mesmo concedido em face de terceiros, sendo-lhe vedado ceder o imóvel para terceiros. No entanto, o município poderá promover serviço de abertura e conservação de logradouros, com uso de bens, veículos e servidores públicos.

Frisa-se que foram realizadas duas reuniões das comissões sobre este projeto de lei, sendo que na primeira fora enviado ao prefeito municipal um requerimento contendo as dúvidas dos parlamentares sobre a concessão do terreno.

Na reunião de comissão foi decidida: Emenda 01- modificativa, supressiva e aditiva, modificando o parágrafo 2º do artigo 1º do PI, discorrendo que a concessão de uso ora autorizada será celebrada mediante ao contrato entre o município e a empresa concessionária, e terá duração de 5 anos, podendo ser prorrogada por uma vez, por igual período, mediante nova lei autorizativa específica, aprovada no último ano do período inicial de vigência da concessão. Emenda 02- supressiva, modificativa e aditiva, ficando substituído parágrafo único do artigo 2º em parágrafo 1º e fica adicionado o parágrafo 2º com seus incisos, bem como os parágrafos 3º, 4º e 5º no projeto de lei em epígrafe. Emenda 03- Supressiva, modificativa e aditiva- em que altera o inciso III do parágrafo 3º que é utilizar preferencialmente trabalhadores e mão de obra local nativa ou previamente residente no município de Bom Jardim de Minas.

## CONCLUSÃO:



# CÂMARA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DE MINAS

Face ao exposto concluímos, baseados no Parecer Jurídico, que o presente Projeto é plenamente regular e legal, estando sua aprovação condicionada apenas as emendas apresentadas.

  
**Mateus Carvalho Vitoriano**  
Relator

  
**José Maria de Paula**  
Relator Substituto

Manifestação da Comissão de Legislação, Justiça e Redação:

Aprovo o Voto do Relator, transformando-o em Parecer desta comissão.

  
**Alexsandro de Almeida Nardy**  
Presidente

  
**Manoel Carlos de Souza Abbud**  
Membro

Manifestação da Comissão de Agricultura, Meio Ambiente e do Patrimônio Natural:

Aprovamos o Voto dos Relatores, transformando-o em Parecer desta comissão.

  
**Manoel Carlos de Souza Abbud**  
Membro

Bom Jardim de Minas, 07 de dezembro de 2021.